

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
01 de abril de 2013

Ao primeiro dia do mês de abril de 2013, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Trigésima Sétima Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, Senhor LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, Senhor DONISETTE PEREIRA BRAGA; de Ribeirão Pires, Senhor SAULO MARIZ BENEVIDES e de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência do Consórcio, Luis Paulo Bresciani.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Dando sequência, apresenta a pauta para discussão.

1. JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE, com a participação de Dom Nelson Westrupp, Bispo Diocesano de Santo André.

O Presidente Luiz Marinho dá início a sua fala agradecendo a presença do Bispo e mencionando a importância de sua presença na reunião, pois além da Jornada Mundial da Juventude, que ocorrerá no mês de Julho na cidade do Rio de Janeiro, ocorrerão também, em toda a região, as Pré-jornadas com muitas atividades e que irão demandar apoio das autoridades locais. Passa a palavra a Dom Nelson, que cumprimenta nominalmente a todos os Prefeitos e faz uma pequena introdução de seu trabalho, comenta que está na região há nove anos e menciona ainda que os Bispos de todo o Brasil costumam realizar esse tipo trabalho junto às autoridades e entre si, pois possuem dezessete regionais em todo o Brasil, o que possibilita o contato e a realização de parcerias entre as Dioceses. Após breve introdução, apresenta aos demais a programação para a Jornada Mundial da Juventude, começando pela Semana da Pré-jornada, sendo cinco dias de atividades organizadas por cada Diocese com a ajuda dos SESIs. Dom Nelson diz que o objetivo desta semana é promover a solidariedade, ou seja, a prática da organização que aproxima as pessoas, é responsabilidade de todos dispensarem algumas horas para ajudar o próximo e não deixar a atividade somente a cargo das autoridades. O Grande ABC receberá jovens estrangeiros para a semana missionária, com a previsão de acolher cerca de cinco mil jovens na região. O Bispo comunica que ao todo, em todo o estado e região Metropolitana de São Paulo, é prevista a vinda de duzentos mil jovens. Dom Nelson afirma que já está sendo realizado um trabalho de credenciamento junto às famílias, para conhecimento das residências disponíveis a hospedar esses jovens, o que seria muito melhor e mais prático do que acolhê-los em ginásios ou escolas. Já possuem confirmação de jovens que virão da Itália, França, Equador, Indonésia, dentre outros países, totalizando cerca de duzentos jovens confirmados até o momento. A comissão organizadora no Rio de Janeiro já está dando início ao trabalho de direcionar esses jovens para vários locais. Dom Nelson relata que a Diocese de Santo André, em união com a Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil (CNBB), inaugurou um cronograma intenso de atividades e tendo em vista o grande número de participantes, daí a necessidade de buscar parcerias com os órgãos públicos da nossa região, a fim de se agilizar a programação. O Bispo menciona ter feito um primeiro contato, documentado e encaminhado via correio aos gabinetes dos Prefeitos em janeiro passado e que dessa comunicação foram realizadas algumas reuniões de planejamento para assuntos mais específicos, nas quais cada município atendeu bem às expectativas da Diocese; contudo, algumas necessidades são ainda de âmbito regional. Dom Nelson comenta a experiência das Jornadas Mundiais realizadas anteriormente em outros países, especialmente a realizada em Madrid, na qual participaram oitenta e cinco jovens da região do ABC, que agora estão muito bem engajados e ajudando na organização da atual Jornada, sendo a principal preocupação a questão do transporte. Nesse ponto o Bispo menciona que, na visão de todos da organização, a melhor solução seria utilizar o transporte já existente em cada município, de modo integrado, e não as alternativas já sugeridas anteriormente, como ônibus fretados, vans ou algo semelhante. Para tanto, Dom Nelson sugere e propõe um cartão ou passe que possibilite a integração dos meios de transporte coletivo das sete cidades, no período de 16 a 20 de julho, para que todos consigam participar dos encontros, principalmente nos quatro municípios do Grande ABC onde se encontram os locais escolhidos para centralizar as atividades. São pontos que contariam com espetáculos, atividades culturais e religiosas, lembrando que ainda aguardam autorização das Prefeituras para tal. Os locais escolhidos são o CENFORPE de São Bernardo do Campo, o Teatro Paulo Machado de Carvalho em São Caetano do Sul, o Teatro Municipal de Mauá e outro ponto em Santo André a ser definido, e a Diocese aguarda a cessão dos mesmos para a realização dos eventos. Dando continuidade à programação, Dom Nelson avisa que no dia 18 de julho os jovens estarão reunidos no Parque da Juventude, em São Bernardo do Campo, envolvidos em oficinas, organizadas por eles mesmos, e contam também com a presença de artistas da região para apresentação de shows, solicitando às Secretarias municipais de Cultura os contatos e indicações para a devida organização. Ainda, a fim de dar visibilidade ao evento, o Bispo solicita às Secretarias municipais de Comunicação a cessão dos espaços públicos para a divulgação da Jornada, como outdoors, materiais impressos e realização da arte do evento, com os logotipos dos parceiros. No dia será apresentado também breve histórico do município e a vida da Igreja local e, nesse sentido, a Diocese solicita vídeos, documentários, livros, etc, que tratem desta temática sob o ponto de vista religioso, social, político e cultural. Segundo Dom Nelson, os jovens terão um tempo reservado para conhecer e visitar as cidades e contam com o apoio da Secretaria de Turismo na indicação de pontos turísticos e na elaboração de material gráfico com ilustrações dos principais locais. Para finalizar, o Bispo diz que as demandas foram propostas e que conta com o apoio de todos para que o evento seja um sucesso, colocando ainda à disposição para mais detalhes, o contato de seu assessor diocesano e coordenador do trabalho, Padre Ademir, e do seminarista Guilherme que os acompanham na presente reunião. Na sequência o Prefeito de Diadema, Exmo. Senhor Lauro Michels coloca à disposição do Bispo e seus organizadores, tudo o que precisarem da Prefeitura local, incluindo grupos musicais (como a Lira Musical), o grupo Jazz Sinfônica da cidade e o que mais necessitarem para a realização do evento. Menciona ainda que a maior preocupação é de fato a questão da mobilidade, uma

vez que cada município possui sua concessão de transporte público e que seria interessante um pedido do Consórcio, via Diocese, para a convocação de uma reunião com os presidentes das concessionárias para propor um cartão/passe aos jovens da região, para participação nas atividades mencionadas. Padre Ademar se manifesta recordando a Jornada ocorrida em Madrid e, que na ocasião, a organização foi impecável, inclusive porque tiveram esse pedido atendido, ressalta que alternativas como os ônibus fretados atrapalhariam ainda mais o trânsito local, gerando transtornos à população, e que não atingiriam assim o principal objetivo, que é o de levar tranquilidade às pessoas nos dias das atividades. O Presidente Luiz Marinho lembra que além da conversa com as concessionárias regionais (ônibus), não se pode desconsiderar os meios de transportes estaduais, como a EMTU (trólebus), a CPTM (trem) e o Metrô, sugerindo ao Bispo que faça uma reunião com os seus respectivos representantes e com o Governo do Estado. A seguir, o Presidente do Consórcio agradece a presença do Bispo Dom Nelson e de sua comitiva, encerrando a pauta e passando ao próximo ponto da presente reunião.

2. PRECATÓRIOS: O Secretário Executivo do Consórcio menciona reunião no âmbito do GT Fortalecimento Institucional realizada com a participação dos Secretários de Assuntos Jurídicos e de Finanças dos sete municípios, referente ao tema abordado, informando que o Diretor Jurídico do Consórcio, Arthur Scatolini Menten, fará o relato juntamente com a Sra. Liz Ita Dotta, Coordenadora de Precatórios no município de Rio Grande da Serra, ambos designados pelo coletivo de gestores que debateu o tema. Antes, o Secretário Executivo informa que na pasta entregue aos Srs. Prefeitos há material relacionado ao assunto. O Diretor Jurídico do Consórcio dá início a sua fala comentando o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Emenda Constitucional 62, que estabelecia uma moratória e que, a partir disso, os municípios poderão sofrer grandes problemas, e sugere que seja criada uma estratégia comum de atuação, ressaltando o município de São Caetano do Sul que não possui esse tipo de problema, como informado na reunião com os Secretários. Nesse momento, o Prefeito Lauro Michels questiona, pois lembra que Ribeirão Pires também não possui uma quantia muito grande com a qual deva se preocupar, o que é contestado pela Sra. Liz Dotta, ao declarar que o referido município possui um precatório em torno de R\$ 33 milhões. Na sequência, o Diretor Jurídico reforça que este valor perante a receita local é extremamente relevante e que, na reunião de Secretários foi levantada a importância de se obter um espaço de discussão e articulação da cena atual, que é indefinida, para que possam pensar ações coordenadas. O Diretor Jurídico registra que apesar da decisão do STF, ainda não foi assinado o acórdão correspondente, e que em face disto, tudo ainda está sendo feito com base na Emenda 62. Porém, para que não se corra o risco de qualquer imprevisto, o grupo propõe algumas medidas de imediato. O Presidente Luiz Marinho interrompe a ponderação e questiona qual será a consequência caso o acórdão seja assinado e publicado. O Diretor Jurídico responde que em tese se retomaria a vigência plena do artigo 100 da Constituição Federal e as práticas relacionadas àquele regramento. O Presidente Luiz Marinho lembra que ainda não está esclarecida a própria questão da publicação do acórdão. Arthur Menten menciona que com o possível e provável retorno dos sequestros de precatórios, os municípios terão problemas com as suas contas públicas. Relata ainda que o Tribunal de Contas exigiu o pagamento dos 10% de estoque e o mapa de pagamentos no exercício e que se os valores não fossem pagos, rejeitaria todas as

contas. Na sequência, Luiz Marinho pergunta se há a possibilidade de se fazer um acordo com o Tribunal de Contas. Questiona ainda se há modulação. Liz Dotta afirma que o STF fará a modulação dos efeitos da emenda 62 e que irá publicar juntamente com o acórdão e o Presidente Luiz Marinho reforça que todos devem estar atentos à publicação. Liz Dotta registra que no momento todos estão passando por uma insegurança jurídica, menciona ainda que antes da publicação do acórdão todos os juizes do STF deverão reunir-se em Plenário para a discussão dos efeitos da modulação. Após, ressalta que a declaração de inconstitucionalidade retirou a permissão de parcelamento com base na receita corrente líquida, e que volta a valer o referido artigo 100 da Constituição Federal, o qual se baseia no princípio do pagamento integral da dívida, o que dificulta muito o processo de previsão orçamentária e financeira de todos os municípios. O Presidente Luiz Marinho se diz muito preocupado com essa situação e o Vice-presidente Lauro Michels diz que o próprio município de Diadema viveu este cenário, em que o juiz responsável deu a sentença com ordem de sequestro à Prefeitura, no valor de trezentos e sessenta e um mil reais, mas que logo após o município conseguiu reverter o quadro descrito. O Diretor Jurídico do Consórcio relata a preocupação com relação ao tipo de modulação a ser feita, pois pode não atender as necessidades dos municípios, que já possuíam dificuldades em cumprir a emenda anterior. Na sequência, a Sra. Liz Dotta fala sobre o julgamento do STF, o qual desagradou todas as partes, uma vez que até mesmo os credores corriam o risco de voltar ao sistema em que nenhum ente público arcava com seus pagamentos e não existia nenhum meio de coagi-los a pagar, ficando assim sem cobertura alguma. Ela coloca ainda que a maior surpresa foi com relação à emenda 62 ter sido julgada inconstitucional tão rapidamente. A sugestão de todos que participaram da reunião seria a de buscar solução política para o caso e outra proposta seria autorização de medidas judiciais. O Diretor Jurídico declara a relevância de se pensar ações que possibilitem a solução destas indefinições e dá o exemplo do município de São Paulo que entrou com pedido de modulação de efeitos, mas que só interessa ao próprio município de São Paulo, visando manter o regime da emenda 62 para todos os que já estão na fila e para os que ainda estão por vir. Expõe que o grupo não teve condições de definir um pedido de modulação de efeitos que vise proporcionar os sete municípios da região do Grande ABC, e que alternativamente poderia caber uma autorização da Assembleia Geral de Prefeitos para que o GT Fortalecimento Institucional avançasse para construir uma ideia e projetar medidas judiciais cabíveis para contornar essa situação, uma vez que o grupo é formado de Secretários Jurídicos e de Finanças. Ressalta ainda que poderão surgir algumas questões ainda no âmbito do Tribunal de Justiça e que, para essa questão, o grupo pensou em deixar preparada autorização do Consórcio para o encaminhamento de ações judiciais, para o caso de qualquer imprevisto. Na sequência o Prefeito Luiz Marinho questiona se há prazo para a publicação do acórdão, ao que o Senhor Arthur Menten responde que não há prazo definido, mas que não é bom contar com um prazo muito extenso. A Sra. Liz Dotta menciona que na reunião foram pensadas duas maneiras de atuação; a primeira seria jurídica, mediante autorização da Assembleia, e a segunda seria política, tendo em vista a emenda 62 mencionar o possível financiamento da União ao pagamento dos precatórios. Após, deu como exemplo o município de Rio Grande da Serra, que no ano de 2012 pagou um montante de R\$ 1,1 milhão em precatórios, e por conta disso foi levantada a

hipótese da União Federal declarar uma moratória para pagamento dessas dívidas, que no caso são muito antigas. Liz Dotta afirma que se isto fosse possível, o município conseguiria quitar, excluindo o mapa orçamentário de dois mil e doze, todo o estoque anterior em cinco ou seis anos, fato que estaria dentro de uma possível modulação do Supremo. O Presidente Luiz Marinho afirma que este movimento não poderia ser feito no atual momento, pois significaria transferir o problema para a esfera federal. O Diretor Arthur Menten menciona que dentro deste quadro de instabilidade o grupo chegou a três propostas para a Assembleia: 1. Apoio dos Prefeitos às ações políticas das entidades municipalistas. 2. Autorização da Assembleia Geral para propor medidas judiciais necessárias, em defesa do interesse das sete cidades, em relação à matéria de Precatórios. 3. Proposta de se montar um grupo pequeno, de no máximo quatro pessoas, dentro do grupo de Secretários, para acompanhar as discussões técnicas acerca do tema, juntamente à Frente Nacional de Prefeitos. Ao final, o Presidente Luiz Marinho questiona se o GT levantou as possíveis ações ou encaminhamentos indicados no segundo tópico, e o Diretor Jurídico menciona que nada foi fechado ainda, devido à incerteza do quadro, mas que aguardam a publicação do acórdão para eventuais propostas de ações. O presidente solicita empenho de todos na continuidade do trabalho independentemente do acórdão. O Diretor Jurídico menciona a questão formal da autorização prévia da Assembleia, e na sequência o Presidente Luiz Marinho propõe que se declare a ação autorizada, com as devidas consultas para a confirmação de qualquer movimento jurídico pelo Consórcio, com o apoio dos demais Prefeitos. Após essa deliberação, o Presidente encerra o presente item e dá sequência ao encontro.

3. PLANO DE MOBILIDADE REGIONAL: GT Mobilidade e Oficina Consultores apresentam versão atualizada do plano de investimentos, para encaminhamentos junto aos Governos Federal e Estadual. Dando início ao ponto, o Secretário Executivo anuncia que será feita uma explanação sobre o tema pelo Sr. Marcos Bicalho, da Oficina Consultores. O Presidente Luiz Marinho lembra que houve uma discussão do estudo na Assembleia de março e que posteriormente foi feita uma apresentação prévia do estudo à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e que a mesma solicitou que finalizássemos o projeto o quanto antes, para o agendamento da sua visita ao Consórcio com a entrega do Plano de Investimentos na Mobilidade Regional. Na sequência, o Sr. Bicalho informa sobre a visita aos técnicos do Ministério, mencionando que a demanda, na perspectiva do PAC, deveria ser direcionada e focada no financiamento do transporte coletivo. Na continuidade, o consultor Bicalho relata um pedido da própria Ministra Miriam Belchior, no sentido de que se deva inserir todas as obras possíveis ou previstas no presente Plano, inclusive aquelas que eventualmente não sejam financiadas com recursos do Governo Federal. Marcos Bicalho informa que foram então realizadas duas reuniões com os Secretários de Transportes e duas decisões importantes foram tomadas, a saber: a) Continuidade da elaboração do Plano, contemplando todas as propostas, inclusive as feitas pelo Ministério; b) Os Secretários entenderam ser interessante manter todas as propostas colocadas no Plano, aguardando que o Governo Federal se pronuncie a respeito, sendo incluídas todas as intervenções viárias contemplando prioridade ao transporte coletivo, seguindo-se sua apresentação detalhada em slides (conforme arquivo impresso em anexo). Após a apresentação do estudo, o Presidente Luiz Marinho questiona se há algum retorno

sobre a questão das ciclofaixas, tema abordado em Assembleia anterior, sendo prontamente informado pela Sra. Andrea Brísida (Coordenadora do GT Mobilidade), de que a equipe possui um calendário com quatro datas para a discussão e a conclusão dos trabalhos, com prazo de quarenta e cinco dias para apresentação da proposta à Assembleia Geral. Na sequência, o Presidente pergunta se há novidades com relação à agenda da Ministra Miriam Belchior, sendo informado pelo Secretário Executivo de que já foi solicitada ou opções de datas, preferencialmente entre os dias oito e vinte do mês de abril e que aguarda um retorno do Ministério. Na sequência, o Presidente passa para o próximo item da pauta.

4. AGENDA METROPOLITANA DO GRANDE ABC E DO GOVERNO DO ESTADO: relato da Secretaria Executiva sobre a retomada do diálogo junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, e seus desdobramentos.

O Secretário Executivo do Consórcio solicita aos Srs. Prefeitos que acompanhem a explanação juntamente com o material impresso nas pastas entregue a cada um deles. Resgata os compromissos e demandas tratados com o Governo Estadual em 2011 e menciona que está sendo preparada uma nova visita do Governador Geraldo Alckmin à região do Grande ABC, dentro dos próximos meses. A apresentação tem o objetivo de contextualizar o encontro anterior, considerando que nem todos possam ter acompanhado o processo, com uma memória de todo o período. Bresciani relata que em junho de 2011 foram realizadas treze reuniões simultâneas entre os Grupos de Trabalho do Consórcio e os Secretários Estaduais correspondentes, cada um em seus respectivos temas, para tratar das políticas específicas de cada área, e menciona também sobre o evento ocorrido com a participação do Governador do Estado e dos sete Prefeitos da região, no Teatro Municipal de Santo André, ocasião em que foi entregue a agenda metropolitana do Grande ABC e os anúncios de investimento do Governo Estadual para a região. O Secretário Executivo diz que o tema foi retomado a partir do dia 13 de março do presente ano durante reunião entre o Prefeito de São Bernardo do Campo e Presidente do Consórcio, Luiz Marinho e o Secretário de Desenvolvimento Metropolitano, Edmur Mesquita, momento em que também foi entregue um balanço preliminar contemplando 31 compromissos ou demandas sobre os diversos temas. Na sequência, registra que no dia 20 de março o Prefeito Luiz Marinho visitou o Secretário de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, para tratar dos cronogramas de investimentos nos transportes metroviário, ferroviário (envolvendo o Expresso ABC e a modernização das estações), as pendências das rodovias interestaduais e o início dos diálogos sistemáticos sobre a integração tarifária. O Presidente Luiz Marinho registra que, com relação ao último item, recebeu um posicionamento dos representantes do Estado dando prazo até o final de julho de 2013 para fechamento do primeiro estudo sobre o tema. A coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brísida, reforça que obteve a informação de que até o final do mês de maio os técnicos da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos já trarão uma proposta ao Consórcio. O Presidente ressalta a importância de se compatibilizar esse estudo com o estudo previsto no Plano de Mobilidade Regional do Consórcio para que seja possível fechar uma agenda, com a pauta sobre integração, o mais rápido possível. O Secretário Executivo lembra ainda aos presentes que já está definida uma agenda com o Secretário Jurandir Fernandes, por ocasião da próxima Assembleia ordinária do Consórcio, em 6 de maio. Dando continuidade, o Secretário Executivo informa que

no dia 9 de abril está prevista uma Assembleia Extraordinária com a participação do Secretário Estadual de Saúde, Dr. Giovanni Guido Cerri, para os desdobramento e encaminhamentos acerca das discussões que feitas na Assembleia Extraordinária realizada no mês de fevereiro. Bresciani lembra que falta definir ainda a visita do Secretário Estadual de Meio Ambiente, Bruno Covas, a qual seria originalmente realizada na data de hoje, cabendo a devida remarcação. A visita do Secretário Bruno Covas se faz importante para que seja assinada a nova Resolução estadual sobre o licenciamento dos Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS), tema pertinente ao GT Meio Ambiente do Consórcio. Na sequência, o Secretário Executivo apresenta uma tabela com o balanço de investimentos anunciados pelo Governador em junho de 2011, da ordem de R\$ 6,3 bi, dos quais R\$ 5,5 bilhões foram destinados ao transporte público. Lembra que a tabela detalhada consta no material entregue aos Sres. Prefeitos, juntamente com documento que relata as pendências existentes, além dos compromissos firmados, realizados ou não. O Secretário menciona que esse balanço está sendo revisto pelos Grupos de Trabalho do Consórcio, reinstalados em sua nova composição a partir de março de 2013, para que possa ser agendada uma reunião prévia com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, antecedendo a visita do governador Alckmin. Nesse momento surge o questionamento do Assessor Regional de São Caetano do Sul, Sr. Eduardo Casonato, referente à pauta da Assembleia Extraordinária com o Secretário Estadual de Saúde, Dr. Giovanni Cerri, devidamente sanado pelo Secretário Executivo do Consórcio, que confirma tratar-se da agenda de prioridades da Saúde no Grande ABC, já debatida no mês de fevereiro. Com isso, se encerra o ponto avançando à próxima pauta.

5. GRUPOS DE TRABALHO - Secretaria Executiva apresenta proposta de alterações na estrutura vigente: o Secretário Executivo dá início ao item expondo que se trata de uma questão regimental. Fala sobre a necessidade de algumas mudanças na composição dos Grupos de Trabalho do Consórcio, informando que todos os grupos foram reinstalados nesta última quinzena, de acordo com as nomeações dos Sres. Prefeitos e de acordo com a portaria de número 7 do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Isso posto, apresenta as propostas de alterações em relação à estrutura vigente como parte do Regimento Interno do Consórcio: 1. Recomposição do GT Infraestrutura, devendo ser solicitada a nomeação de seus membros; 2. Extinção do GT Inspeção Veicular, devido a ter já cumprido o seu papel sobre o tema; 3. Propostas de duas fusões, entre o GT Meio Ambiente e o GT Resíduos Sólidos, bem como entre os GTs Desenvolvimento Econômico, Automotivo e Petroquímico, permanecendo portanto como denominações o GT Meio Ambiente e o GT Desenvolvimento Econômico. Com isso, encerra-se o presente item.

6. INFORMES:

a) O Secretário Executivo apresenta a nova composição da diretoria da AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC, eleita para o biênio 2013/2015, com o nome de Rafael Marques Júnior, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, conduzido à Presidência da Agência. Menciona ainda que deverá ser contemplada a participação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC no Conselho Fiscal da Agência;

b) 1ª Conferência Regional do Meio Ambiente: o Secretário Executivo solicita ao Coordenador do GT Meio Ambiente, Sr. João Ricardo Guimarães Caetano, que entregue aos Prefeitos o documento com informações sobre a conferência regional,

que será realizada no mês de junho, dispensando assim conferências municipais. Na sequência, o Presidente Luiz Marinho solicita que as próximas conferências, independente do tema, sejam sempre regionais, ao invés de municipais, deixando claro quando houver espaço para que seja feita dessa maneira;

c) GTs PLANEJAMENTO URBANO e DEFESA CIVIL, Oficina Técnica sobre Gestão Regional de Riscos (em parceria com a UFABC, maio/2013):

Secretário Executivo informa sobre a oficina técnica prevista para o dia 8 de maio, no Teatro Lauro Gomes em São Bernardo do Campo, organizada em parceria pelos dois GTs com o apoio da Universidade Federal do ABC;

d) GT GÊNERO: carta do grupo temático LGBT aos Prefeitos;

e) GT IGUALDADE RACIAL: nota aos Prefeitos sobre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados:

Secretário Executivo informa sobre as duas notas incorporadas às pastas dos prefeitos, respectivamente contendo: Documento manifestando a preocupação do GT Igualdade Racial frente à atuação equivocada da nova presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; documento do grupo temático relacionado à relevância das políticas governamentais para a população LGBT;

f) Relatório de Gestão 2012: Secretário Executivo informa que o referido relatório, correspondente à gestão dos ex-presidentes Mario Reali e Adler Kiko Teixeira à frente do Consórcio no exercício de 2012, encontra-se em fase de finalização, com previsão de entrega até o final de abril.

ENCERRAMENTO E AGENDA FUTURA - Secretário Executivo informa sobre eventos já programados no âmbito das atividades do Consórcio, a saber:

- 04 de abril, 18h30: evento para assinatura dos termos de adesão das 25 empresas da região contempladas pelo projeto do Fundo de Convergência do MERCOSUL para o setor automotivo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Foi destinado cerca de um milhão de dólares ao projeto no Grande ABC;
- 09 de abril, 15h: 5ª Assembléia Extraordinária, com a presença do Secretário Estadual de Saúde, Dr. Giovanni Guido Cerri;
- 06 de maio, 9h: 38ª Assembléia Ordinária, com a presença do Secretário Estadual de Transportes Metropolitanos, Sr. Jurandir Fernandes.

Finalizando os informes, o Presidente Luiz Marinho declara que houve menção de interesse por parte do Parlamento regional em participar do Conselho Consultivo do Consórcio. Marinho afirma que se todos estiverem de acordo é possível abrir espaço para a participação dos parlamentares, desde que apenas um integrante participe dos encontros ocorridos na sede do Consórcio. O Secretário Executivo lembra que a composição do Conselho Consultivo não contempla representação do Legislativo, mas que em 2011 foi realizada reunião com os sete presidentes das Câmaras Municipais, para apresentação das prioridades regionais naquele momento. O Presidente Luiz Marinho propõe então que se reflita sobre a possibilidade de um representante dos vereadores da região inserir-se ao grupo, caso haja formalização do pedido. O Prefeito Luis Gabriel sugere, por fim, que seja convidado o Reitor da Universidade Federal do ABC, Professor Hélio Waldman, para a Assembleia do mês de junho, visando explicar aos Prefeitos sobre as atividades da Universidade e possíveis parcerias

institucionais, proposta aprovada unanimemente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-.-

Região do Grande ABC, em 01 de abril de 2013.

Prefeitos signatários, presentes na 37ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS SOBRINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE PEREIRA BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 37ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.